



Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

*É tudo sobre pessoas – Empregos,
Igualdade e Confiança*



Gabriel Oliveira

Stela Carneiro

Mônica Emediato

Apresentação da Mesa

Caros delegados,

Meu nome é Gabriel Pereira de Oliveira, tenho 16 anos e atualmente curso o terceiro ano do técnico integrado em Redes de Computadores no CEFET-MG. É com muita honra e felicidade que serei seu diretor nesta edição do Modelo de Comitês Simulados do CEFET-MG. Participar mais uma vez do MOCS me deixa imensamente feliz e, ao ver que esta simulação cresce cada vez mais, me encho de orgulho.

Tenho um grande carinho pela OCDE, foi um comitê que sempre esteve nos meus planos, mas que quase não aconteceu. Foram semanas até que, juntamente com a Stela, escolhi como ideia definitiva. Não me arrependo desta escolha. Confesso que fazer um comitê de cunho econômico-social é bem trabalhoso, porém é igualmente gratificante. Sou muito grato à Stela e à Mônica por fazerem parte desta mesa junto comigo. Eu não poderia ter companheiras melhores!

Enfim, espero que os senhores aproveitem esses dias tanto quanto nós. Sem o emprego, não há igualdade, tampouco confiança. É nosso dever enquanto sociedade colaborar para reverter este quadro. Espero que estes dias sejam inesquecíveis! Sejam bem-vindos à OCDE: é tudo sobre pessoas!

Olá futur@ delegad@, meu nome é Stela Carneiro Espíndola, tenho 18 anos e sou ex-aluna do CEFET-MG. A simulação foi parte da minha formação pessoal e acadêmica durante estes três anos de ensino médio e o MOCS fez toda a diferença pra que isso acontecesse. Participo do modelo desde sua primeira edição, então pra mim é mais do que uma honra ver o quão longe o projeto chegou e quanto vem conquistando. Quando fui convidada para participar como diretora da OCDE, fiquei extremamente lisonjeada e espero

que tudo ocorra bem durante os dois dias de debate. Para você que está na sua primeira simulação, a dica é manter a calma. Não é preciso falar o tempo todo, mas saiba que a sua participação verbal pode ser extremamente importante. Se você compreendeu o tema e sabe o posicionamento do seu país, você tem todas as ferramentas para fazer deste final de semana um momento de aprendizado mais do que memorável. A simulação é o que chamamos de “laboratório de humanas”, ou seja, é a prática daquilo que a gente só vê na teoria. Bom, fico feliz que você tenha escolhido a OCDE como seu comitê para o MOCS IV e que você tenha uma experiência incrível.

Sou a Mônica Emediato Mendes de Oliveira e curso o segundo ano integrado de Redes de Computadores, no CEFET-MG. Estou muito honrada em participar deste comitê com o Gabriel e a Stela, ambos vieram me auxiliando desde o início do projeto, algo que foi muito bom e uma experiência que está acrescentando muito na minha vida pessoal e acadêmica.

Hoje, com muito orgulho serei sua diretora-assistente na OCDE. Quando fui convidada a participar deste comitê fiquei surpresa e muito animada com o tema que os senhores irão discutir. Um assunto tão atual e pertinente as nossas vidas e que muitas vezes não percebemos sua importância.

Ademais, é através das simulações que, na minha visão, contribuímos para grandes transformações. Mudamos nós mesmos, nossas atitudes e assim, melhoramos o mundo. Espero que todos vocês aproveitem e que façamos de tudo para ser memorável.

Cordialmente,

Mesa Diretora da OCDE

Sumário

Apresentação da Mesa	2
1. Introdução.....	6
2. História da OCDE	7
2.1. A Europa após a Segunda Guerra Mundial.....	7
2.2. Plano Marshall	8
2.3. Organização para Cooperação Econômica Europeia	9
2.4. Expansão e Reforma.....	10
2.4.1. Objetivos.....	10
2.5. A OCDE nos dias de hoje	11
2.5.1. Estrutura e Funcionamento	11
2.5.2. Atuação	13
2.5.3. Parceiros da OCDE	14
2.5.4. Melhores Políticas para uma Vida Melhor	14
3. O Conselho da OCDE.....	15
3.1. Atribuições	15
3.2. Reunião Ministerial.....	16
4. A Grande Recessão	17
4.1. Origens.....	17
4.2. Estouro da bolha: a quebra do Lehman Brothers.....	19
4.3. A Crise ganha proporções mundiais	20
4.3.1. Crise nos Estados Unidos em 2011.....	20
4.3.2. Uma Europa endividada	22
5. É tudo sobre pessoas	25
5.1. Desemprego.....	25
5.1.1. Desemprego juvenil	26
5.2. Desigualdade entre os gêneros	27
5.3. Falta de confiança nas instituições	28
6. Perguntas a serem respondidas	30
7. Países chaves na crise	31
7.1. Grécia.....	31

7.2.	Irlanda	32
7.3.	Portugal	33
7.4.	Espanha	34
7.5.	Itália.....	35
7.6.	Reino Unido	36
7.7.	França.....	37
7.8.	Alemanha	38
8.	Anexos.....	41
9.	Referências.....	42

1. Introdução

O ano de 2008 representou um grande impacto nas relações econômicas e financeiras em todo o globo. A crise iminente nos Estados Unidos, até então símbolo de estabilidade e prosperidade, deixou todo o mundo em grande apreensão. Países em todo mundo sofreram grandes baixas em suas economias, evidenciando uma consequência negativa da globalização e da interdependência entre os países.

A União Europeia, modelo de integração política e econômica, após o anúncio do rombo na dívida pública grega em 2009 viu-se em uma crise nunca antes vista. Vários países do bloco também entraram em crise, colocando em xeque a unidade do grande bloco continental.

As consequências diretas da crise econômica são o desemprego, a desigualdade e a falta de confiança da população nos governos e nas instituições privadas. Passados quase seis anos desde o início da crise financeira e econômica global, muitos países ainda estão presos em um círculo vicioso de desemprego e subemprego cada vez mais persistente, além da deterioração das condições sociais para os grupos mais vulneráveis, incluindo os menos qualificados, imigrantes e jovens.

É neste contexto em que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE se insere. Ela reúne países a fim de buscar as melhores soluções para problemas enfrentados ao redor do mundo, reunindo e criando políticas, e reunindo estatísticas, dados e informações, a fim de fazer que um clima de bem estar econômico e social permanente seja alcançado.

O Conselho da OCDE, em sua Reunião Ministerial de 2013, vem então reunir representantes de todo o mundo de modo que estes discutam e se esforcem em promover medidas que terão real sentido na vida dos cidadãos. É tudo sobre pessoas!

2. História da OCDE

2.1. A Europa após a Segunda Guerra Mundial

Há 68 anos terminava a Segunda Guerra Mundial, o mais sangrento acontecimento da história da humanidade, deixando um mundo de fome, medo, cinzas, desespero, sofrimento e violência. Estradas, pontes, ferrovias, portos, fábricas, escritórios, aviões e navios foram destruídos, resultando na redução drástica da capacidade europeia de produzir e transportar, uma vez que muitas das terras próprias para cultivo estavam completamente devastadas. Animais de criação haviam sido mortos e moinhos de farinha, cervejarias e panificadoras estavam em destroços.

Na Europa, nos locais diretamente afetados pela guerra, havia somente devastação, ruínas e centros de produção que haviam ido abaixo, prejudicando diversas economias. As consequências, tanto para os Aliados – grupo que reunia EUA, URSS e Reino Unido, entre outros – quanto para os países do Eixo – formado por Alemanha, Itália e Japão – foram severas. Grandes áreas da Alemanha foram deixadas em ruínas; a França teve grande parcela de sua riqueza e força de produção perdidas, assim como o sul da Itália. Na União Soviética, havia entre 20 e 25 milhões de mortos, além de milhões de feridos, mutilados e doentes. Cidades e vilarejos foram destruídos, ocasionando um extremo êxodo rural em direção às cidades remanescentes. Com a economia perturbada, ocupantes e escombros por todos os lados, sem energia, investimentos, ou mesmo esperança, a comida continuou escassa por muito tempo após o fim da guerra.

A Segunda Guerra foi responsável por alterar o mapa europeu, não só territorialmente, como também politicamente, sendo dividido por áreas de influência. Tudo isto representou graves consequências para os países perdedores. Naquele período, o socialismo – sistema político e econômico que países do leste europeu adotaram – priorizava grandes investimentos que privilegiavam apenas alguns ramos da economia, como o setor industrial. Foi estimulado o desenvolvimento de indústrias de base (como siderúrgicas e

petrolíferas) e, sobretudo, de indústrias bélicas. Isso, de certa forma, dificultou o crescimento de outros ramos industriais, como o de bens de consumo (automóveis, informática, roupas etc.). Entretanto, o avanço do sistema comunista era evidente naquela região.

Vendo tal situação, levando em conta também a crescente tensão entre a União Soviética e o Ocidente, as potências capitalistas vitoriosas iniciaram então novos investimentos e acordos de paz que visavam englobar a maior área possível.

2.2. Plano Marshall

No ano de 1947, nasce a Doutrina Truman, criada pelo então presidente estadunidense Harry Truman, que visava conter o avanço soviético e prestar assistência a qualquer país que fosse ameaçado por um golpe comunista. Como parte integrante da Doutrina, é criado o Plano Marshall, com o propósito de manter a capacidade industrial estadunidense e ajudar economicamente os aliados europeus abalados pela Segunda Guerra Mundial.

Tal plano permitiu a estabilização de mercados através dos ideais liberais difundidos pelas políticas econômicas que ocasionaram a reconstrução europeia. Dessa forma, nasce a ideia de integração e cooperação econômica entre os países por meio de acordos comerciais.

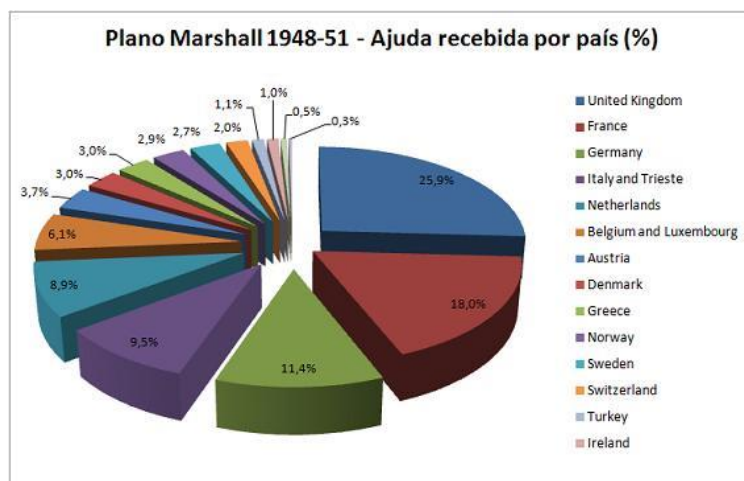


Figura 1 - Ajuda dos EUA à Europa

2.3. Organização para Cooperação Econômica Europeia

No dia 16 de abril de 1948, com o objetivo de assegurar a aplicação do Plano Marshall e preparar o Programa de Recuperação Europeia, é criada, em Paris, a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE).

No início, a organização englobava Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Reino Unido, Itália, Noruega, Portugal, Suíça, Suécia e Turquia como membros e os EUA e o Canadá como associados. Tal ato foi fundamental para a coordenação e distribuição da ajuda dos EUA na Europa. Além disso, a OECE também tinha outras finalidades, como a promoção de políticas de melhoria das condições de trabalho e da produtividade da mão de obra e a promoção do reforço das relações econômicas entre os estados membros e os países associados.

A primeira missão da OECE consistiu essencialmente na liberalização das trocas comerciais entre os países e, em junho de 1950, Dirk Stikker, presidente do Conselho da OECE, apresentou um plano de ação para a integração econômica da Europa através da especialização de atividades, divisão do trabalho e da criação de um mercado único europeu. Os países com comércio estável foram convidados para emitir contratos de compra de longo prazo a preços razoáveis, e foi proposta uma lista conjunta de objetos para liberação. Um fundo europeu deveria ser criado para atenuar as consequências do aumento da concorrência para as empresas, e outras propostas foram feitas para acelerar a liberação do comércio. Essas medidas deram o poder à OECE de organizar as economias europeias.

Em setembro de 1961, os países membros da OECE decidiram alargar o campo de ação da organização para à ajuda aos países de fora da Europa. A OECE tornou-se então a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

2.4. Expansão e Reforma

Após ter cumprido o seu principal objetivo, a OECE transforma-se na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um organismo mundial. A nova Convenção entra em vigor dando lugar a um conjunto de medidas, que promovem políticas de bem-estar econômico e social de pessoas em todo o mundo, além do impulso à cooperação internacional entre países industrializados com economias de mercado.

Hoje, há trinta e quatro países membros da OCDE, que identificam, discutem e analisam problemas a fim de promover políticas para resolvê-los. Assegura-se também a expansão econômica dos seus membros e a ajuda aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, incentivando a geração de empregos, a expansão do comércio e a estabilidade financeira, criando parâmetros para o aumento da qualidade de vida através do crescimento econômico sustentável, lembrando-se das exigências que as populações possuem e das limitações da soberania de cada país.

2.4.1. Objetivos

A OCDE é um fórum no qual os governos trabalham juntos para compartilhar experiências e buscar soluções para problemas comuns, recorrendo aos mesmos para entender o que impulsiona a mudança econômica, social e ambiental, para que se possa calcular a produtividade e fluxos globais de comércio e investimento. Analisa-se e comparam-se dados para prever tendências futuras.

Baseando-se em fatos e experiências da vida real, a organização está na vanguarda dos esforços para compreender e auxiliar os governos a replicar aos novos desafios e preocupações, tais como o aumento do desemprego, que põe em pauta o direito ao trabalho, um bem que vem se tornando escasso nos dias atuais, mas cuja existência continua a ser primordial a todos. *“O problema está crescendo mais depressa do que a solução. O aumento do desemprego continua a ultrapassar o aumento da despesa com políticas ativas para*

promover o emprego", afirmou Angel Gurría, atual secretário-geral da OCDE, sobre o esteio estruturante da dignidade de qualquer cidadão, o trabalho.

O aprofundamento das reformas estruturais e o estabelecimento de parâmetros para o aumento da qualidade de vida permanecem necessários para assegurar um crescimento econômico estável. Também são necessárias perspectivas positivas das novas bases de confiança da população nos governos, empresas, bancos, reguladores e agências de rating e em líderes públicos e privados. É fundamental priorizar a qualidade do crescimento sobre a quantidade do mesmo, e este crescimento deve ser um meio e não um fim, tendo em vista o período de desafios e mudanças que o mundo está enfrentando.

2.5. A OCDE nos dias de hoje

2.5.1. Estrutura e Funcionamento

Tendo em vista a crescente interdependência das economias, a consciência de que a cooperação traz maiores benefícios às nações foi ficando cada vez mais forte, fazendo com que em 14 de dezembro de 1960 fosse assinada a Convenção da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Segundo o Artigo 1º da Convenção, os objetivos da OCDE são promover políticas que visam:

- a) Alcançar o maior crescimento econômico sustentável, bem como o aumento nos níveis de emprego, além de um aumento no padrão de vida nos estados membros, mantendo a estabilidade financeira e, assim, contribuindo com o desenvolvimento da economia mundial;*
- b) Contribuir para a expansão econômica dos países-membros, bem como dos países secundários no processo de desenvolvimento;*

- c) *Contribuir para a expansão do comércio mundial, numa base multilateral e não-discriminatória, de acordo com o direito internacional.*

De acordo com o Artigo 5º da Convenção da OCDE, a Organização, a fim de atingir seus objetivos, poderá:

- a) *Tomar decisões que, salvo disposição ao contrário, serão **obrigatórias** a todos os membros;*
- b) *Fazer recomendações aos membros;*
- c) *Celebrar acordos com membros, não-membros e organizações internacionais.*

Complementando as disposições feitas no Artigo 5º, o Artigo 6º da Convenção estabelece que:

- a) *Decisões devem ser tomadas e recomendações devem ser feitas através do acordo comum entre os membros, exceto em casos especiais nos quais a Organização deliberará através do consenso unânime de todos.*
- b) *Cada membro possui **um voto**. Caso algum membro abstenha-se de votar em alguma decisão ou recomendação, esta abstenção não invalidará a resolução, que será aplicável aos outros membros, mas não àqueles membros que se abstiveram.*
- c) *Nenhuma decisão será obrigatória a qualquer membro até que o mesmo tenha cumprido suas próprias exigências constitucionais. Os outros membros poderão acordar que tal decisão é aplicável provisoriamente a eles.*

A OCDE, também de acordo com sua Convenção¹, possui um Conselho, composto por representantes permanentes e/ou ministros de todos os membros. Este Conselho terá suas atribuições e poderes explanados mais adiante neste guia.

¹ A Convenção da OCDE está disponível em <http://www.oecd.org/general/conventionontheorganisationforeconomicco-operationanddevelopment.htm>.

2.5.2. Atuação

A OCDE dissemina amplamente os resultados de compilações estatísticas da Organização, e considera que a força econômica, a prosperidade, a preservação da liberdade individual e aumento do bem-estar geral são essenciais para a consecução dos propósitos das Nações Unidas. Os membros mantêm-se mutuamente informados e os mesmos fornecem à Organização informações necessárias para o desempenho das suas funções, realizam estudos e participam de projetos abordados a fim de cooperar estreitamente com o conselho e cada nação.

Para a OCDE, é primordial constituir e elaborar pesquisas econômicas, sociais e ambientais, assim como convenções, diretrizes e padrões acordados pelos seus membros com o objetivo de discutir políticas para proporcionar aos cidadãos uma vida cada vez melhor. A Organização poderá convidar, estabelecer e manter relações com Estados não membros ou organizações a fim de definir propostas e diretrizes que tenham a maior eficácia e abrangência possível.

A expansão econômica dos Estados membros, bem como a dos países que estão no processo de desenvolvimento econômico e a ampliação do comércio mundial numa base multilateral fazem-se necessárias para a promoção do uso eficiente de seus recursos econômicos no campo científico e tecnológico, incentivando a pesquisa e a formação profissional.

Para prosseguir com os esforços do Conselho em relação à redução ou abolição aos obstáculos do intercâmbio de bens e serviços, dos pagamentos correntes e aumento e manutenção da liberação dos movimentos de capitais, as despesas são repartidas de acordo com a decisão da Organização, podendo até ser financiada caso seja deliberado. Dessa forma, contribui-se para o desenvolvimento econômico dos países-membros e não-membros no processo de desenvolvimento econômico através dos meios e, levando em conta a importância para as suas economias de uma sustentabilidade e a qualidade de vida, assegura-se a expansão no número de oferta de emprego.

2.5.3. Parceiros da OCDE

O alcance global tem sido uma meta da OCDE desde o início. O Artigo 1º de sua Convenção estabelece que a Organização deve *“contribuir para a expansão econômica dos países-membros, bem como de outros países no processo de desenvolvimento”*.

A OCDE, hoje, mantém relações com um grande número de países além dos membros da Organização, os quais são chamados *parceiros*. Muitos destes estão ativamente envolvidos nas atividades desenvolvidas pela Organização, sendo participantes ou associados nos Comitês da OCDE, Grupos de Trabalho, entre outros. Dessa forma, há uma maior interação destes países com os países-membros, revisando progressos e discutindo políticas em áreas específicas.

Em 2007, Brasil, China, Índia, África do Sul e Indonésia foram identificados como *parceiros-chave da OCDE*. Estes países contribuem significativamente com o trabalho da Organização, sendo convidados a participar de quase todos os comitês da mesma. Além disso, eles são assunto de diversas avaliações de políticas e são envolvidos em uma ampla gama de banco de dados da OCDE.

Também em 2007, a OCDE iniciou as conversas de adesão por completo com a Federação Russa, que ainda estão em andamento. Entretanto, do mesmo modo a Rússia obtém um tratamento especial por parte da Organização, sendo convidada a participar de diversas reuniões e sendo incluída em uma grande parte dos bancos de dados da Organização.

2.5.4. Melhores Políticas para uma Vida Melhor

A missão da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE é promover políticas que aumentem o bem-estar econômico e social dos cidadãos ao redor do mundo.

A OCDE, após mais de 50 anos de existência, concentra-se em ajudar os governos de países-membros e de outros lugares em quatro áreas principais:

- Os governos devem restaurar a *confiança* nos mercados e nas instituições que os fazem funcionar. Isso requererá uma maior regulação e uma governança mais efetiva, tanto politicamente quanto economicamente.
- Os governos devem reestabelecer *finanças públicas saudáveis* como base para o crescimento econômico sustentável.
- A OCDE procura maneiras de promover e apoiar novas fontes de crescimento através da inovação, do crescimento apoiado no respeito ao meio ambiente e no desenvolvimento de economias emergentes.
- Os governos devem garantir que pessoas de todas as idades possam desenvolver as *habilidades necessárias* para trabalhar de forma produtiva e satisfatória no futuro.

3. O Conselho da OCDE

O Conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é o órgão com capacidade e poder de tomada de decisão dentro da Organização.

3.1. Atribuições

O Conselho da OCDE é estabelecido pelo Artigo 7º da Convenção da Organização, que diz que “*um Conselho composto por todos os membros é o órgão a partir do qual todas as ações da Organização derivam. O Conselho pode se reunir em sessões de Ministros ou de Representantes Permanentes*”.

Dentre as funções relativas ao Conselho, está a de nomear um Secretário-Geral, que será o presidente das reuniões do mesmo, quando estas forem compostas pelos Representantes Permanentes dos países na OCDE. O Secretário-Geral deve assistir o Conselho de todas as maneiras adequadas e pode submeter propostas ao mesmo quando lhe convier (Convenção da OCDE, Art. 10).

Segundo o Artigo 12º da Convenção da OCDE, a Organização poderá, de acordo com os termos e condições determinadas pelo Conselho:

- a) Comunicar-se com Estados não-membros ou outras organizações;*
- b) Estabelecer e manter relações com Estados não-membros ou outras organizações;*
- c) Convidar Governos não-membros ou outras organizações a fim de participar das atividades da OCDE.*

3.2. Reunião Ministerial

Atualmente, o Conselho da OCDE se reúne uma vez por ano a nível ministerial a fim de discutir questões fundamentais e definir prioridades para o trabalho da OCDE.

Em 2013, o tema do Encontro Ministerial do Conselho da OCDE foi “*É tudo sobre pessoas – Empregos, Igualdade e Confiança*”, tendo em vista a grave onda de desemprego e desigualdade que vem assolando o mundo, consequência das sucessivas crises econômicas e financeiras pelas quais passamos.

4. A Grande Recessão

4.1. Origens

Os banqueiros estadunidenses, tentados a não cumprir as obrigações tradicionais que os princípios do direito comum exigem para os depósitos, começaram a praticar o sistema bancário de reservas fracionadas, no qual os bancos mantêm em seus cofres somente uma fração de todo o real dinheiro que foi depositado, e esta não apenas foi a causa desta grande recessão, como também está nas raízes de todos os recorrentes ciclos de expansão econômica seguida de recessão que assolaram a humanidade.

Há séculos essa atividade vem sendo praticada e dessa forma, criando fases de exuberância irracional e bolhas que terminam em dolorosas recessões econômicas que impõem sofrimentos a todos os cidadãos, principalmente aos mais desprotegidos financeiramente.

A redução das taxas de juros tornou-se mera ilusão aos empreendedores, pois quando essas caem, os mesmos passam a investir em negócios que aparentam ser lucrativos. Seriam de fato lucrativos se os juros diminuíssem em decorrência de causas naturais, como o aumento da poupança real das pessoas. O problema é quando a diminuição na taxa de juros é devida à manipulação dos bancos centrais e dos governos, levando os empreendedores a cometer erros graves de maneira maciça.

Evolução da taxa de juros nos EUA

O gráfico mostra a evolução da taxa de juros nos anos que antecedem a crise



Figura 2 - Evolução da taxa de juros nos EUA

Com origem na década passada, a crise foi desencadeada pelos *subprimes*, hipotecas de alto risco do mercado imobiliário dos EUA. Naquele período, graças ao desenvolvimento tecnológico e aos ganhos de produtividade dos anos 1990, a economia americana conseguia crescer a taxas razoáveis com inflação sob controle.

Os bancos, entretanto, fazendo o uso descontrolado de seu privilégio legal e emprestando dinheiro para pessoas que não conseguiam gerar lucros suficientes para quitar seus empréstimos, tiveram um problema com a inadimplência de seus devedores, pois os juros voltaram a subir, alimentando-se assim, a bolha no mercado imobiliário.

A bolha começou a estourar quando o Federal Reserve – o banco central americano – aumentou realmente sua taxa básica de juros, o que elevou as prestações das hipotecas e, com isso, provocou o calote das dívidas, sobretudo dos clientes *subprime*.

O calote dos *subprimes* teve um efeito cascata nos mercados financeiros porque houve as securitizações. Em meio aos juros baixos, os bancos começaram a oferecer títulos lastreados² nessas hipotecas para investidores e para outros bancos ao redor do mundo em busca de maior retorno. Consequentemente, as taxas de juros foram sendo aumentadas numa tentativa de controle do estouro da bolha, mas os estragos já estavam feitos.

Os setores mais inflados pelos juros artificiais dos anos anteriores começaram a se contrair, sendo incapazes de lidar com a subida de preço das matérias primas. As empresas começaram a quebrar, especialmente durante o ano de 2007, deixando várias pessoas desempregadas e com grandes dívidas a serem pagas.

² Títulos lastreados são títulos vinculados a alguma *commodity* (algum produto primário, como petróleo, ouro, soja), garantindo assim um valor mínimo ao papel.

A combinação de desemprego, quebra no poder de compra, regulamentações estatais e principalmente a continuação do ajuste da estrutura produtiva que não havia terminado, fizeram com que os calotes dos bancos continuassem crescendo até meados de 2008.

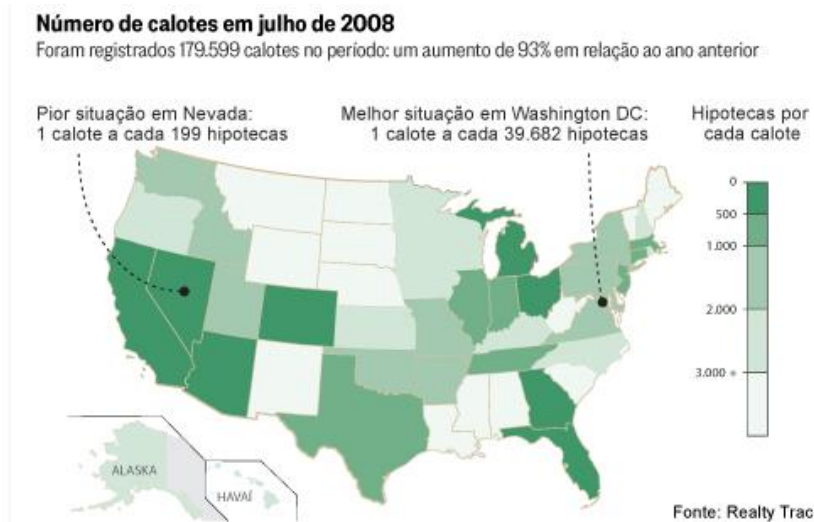


Figura 3 - Calotes nos EUA em julho de 2008.

4.2. Estouro da bolha: a quebra do Lehman Brothers

No dia 15 de setembro de 2008, segunda-feira, após ter divulgado prejuízo trimestral de US\$ 3,9 bilhões e ter procurado desesperadamente um comprador no decorrer do final de semana, o Lehman Brothers, quarto maior banco dos EUA, pede proteção judicial contra falência.

Com o colapso do Lehman, os mercados de crédito globais ficaram congelados e, como não se sabia qual poderia ser o próximo banco a sucumbir, ninguém emprestava, investia, comprava ou vendia nada. O desabar ruidoso da instituição tornou-se o símbolo e a espoleta de um colapso econômico que já dura seis anos.

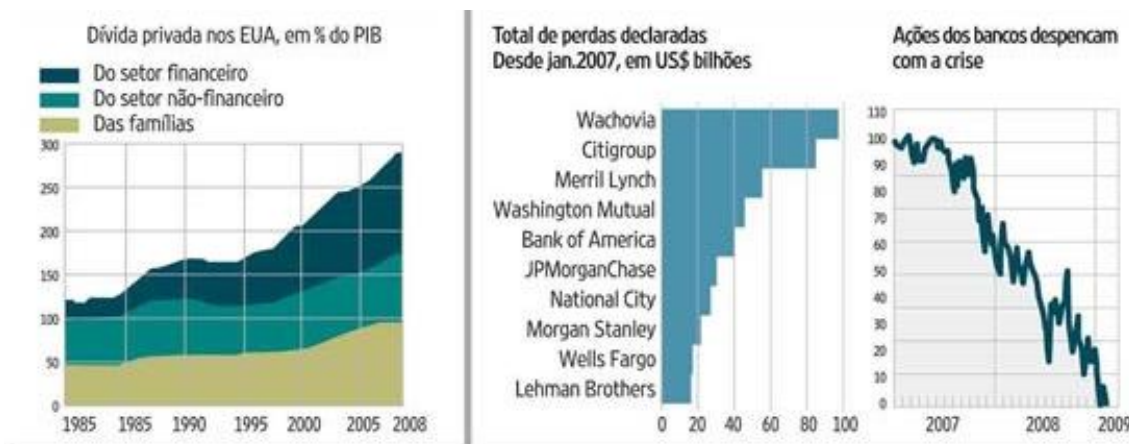


Figura 4 - Dívidas e perdas nos EUA.

4.3. A Crise ganha proporções mundiais

4.3.1. Crise nos Estados Unidos em 2011

Desde a crise econômica iniciada em 2008³, os Estados Unidos não conseguiram se reerguer completamente. O Congresso fez vários cortes de gastos, incluindo a suspensão do programa de ônibus espacial, para poder conseguir se ajustar

economicamente. Mas, no ano de 2011, o país se viu perante a um grande dilema com relação ao seu nível de gastos. Este momento ficou conhecido como a *crise do limite de dívida* e o Congresso teve que estabelecer se ia ou

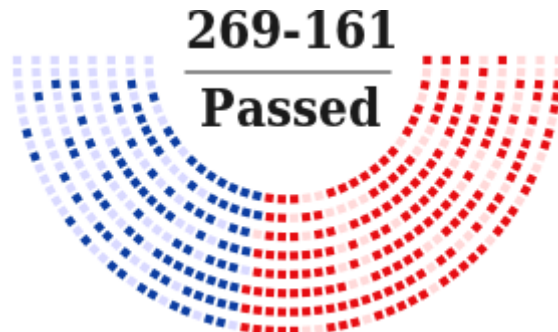
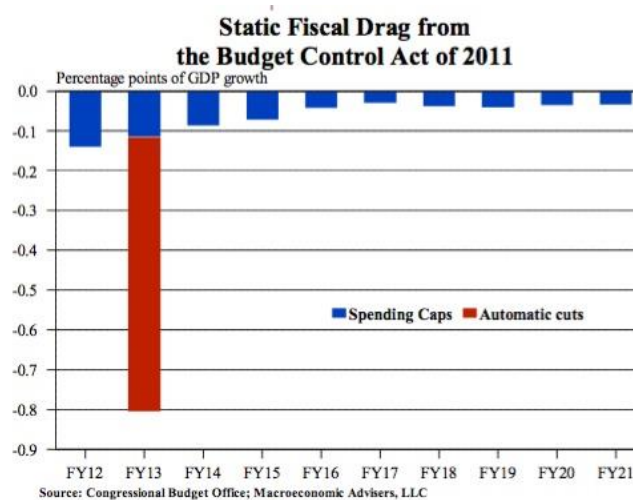


Figura 5 - Grafico de votos dos partidos

³ A crise de 2008, que se deu pela falta de crédito dos bancos estadunidenses e europeus, fez com que os governos começassem a tentar salvar os bancos e acabaram se endividando também.



não aumentar o teto da dívida interna de US\$14,3 trilhões para US\$16 trilhões⁴.

Figura 6 - Gráfico de investimento público e do corte de gasto automático

O grande problema foi tentar encontrar uma solução para o aumento dos fundos. O Congresso estadunidense se divide em dois grandes partidos, de um lado os republicanos que queriam cortes de gastos em geral e do outro estavam os senadores do partido de Barack Obama, com a proposta de aumentar os impostos. Depois de intenso debate, os dois partidos chegaram a um acordo ratificado pelo presidente no dia 2 de Agosto de 2011. Este foi chamado de Lei de Controle de Orçamento de 2011 (*Budget Control Act of 2011*).

Dentre os vários aspectos do documento o que é importante se retratar aqui é a opção feita pelos congressistas: cortar gastos⁵ e aumentar o teto da dívida pouco a pouco no período de 2012-2021.

⁴ Era necessário que esse aumento ocorresse, caso contrário haveria sérios riscos de calote nos investidores (os investidores compram ações que rendem juros por um determinado período. Ao termino, eles tem o direito de reaver este dinheiro. Quem os paga é o próprio governo e se não for pago é considerado calote) e o mundo poderia entrar em recessão.

⁵ O corte de gasto foi majoritariamente feito para programas não relacionados com o Departamento de Defesa. Ou seja, o governo acordou em tirar verbas de obras públicas e políticas sociais para aumentar os fundos. A área da saúde é a mais afetada.

Step 1: Discretionary Caps (in billions)

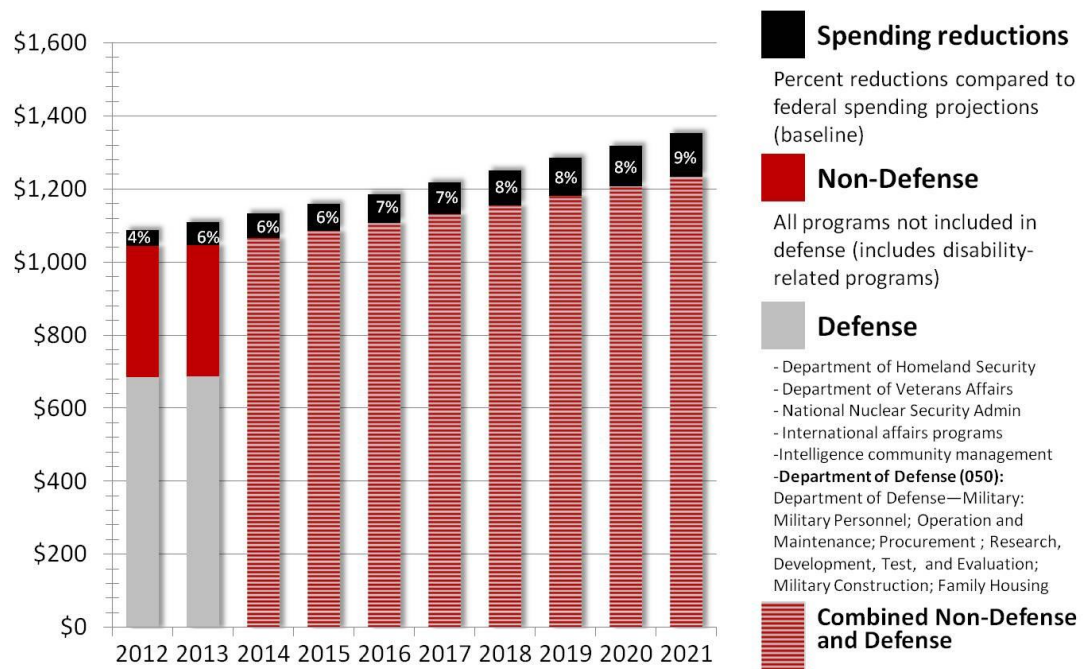


Figura 7 - Gráfico dos gastos (em bilhões) da projeção 2012-2021

4.3.2. Uma Europa endividada

Para entender a Crise Europeia de 2011, é preciso saber o funcionamento do setor econômico do continente.

A Zona do Euro é o nome da delimitação dos países que utilizam a moeda. A integração foi uma estratégia usada para conseguir acelerar as transações econômicas, aumentar o fluxo turístico e reduzir as tarifas alfandegarias (impostos). O problema foi que os países começaram a criar um déficit orçamentário⁶ muito alto e aos poucos a dívida estava maior do que eles imaginavam. Com isso temos as consequências seguintes:

⁶ O déficit orçamentário acontece quando os países gastam mais do que arrecadam.

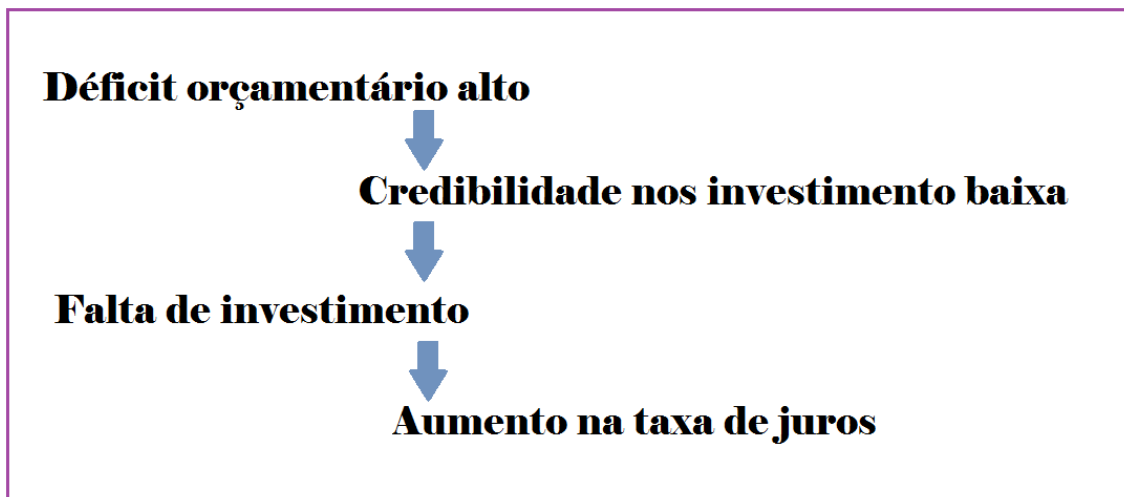


Figura 8 - Esquema explicativo da crise

O esquema mostra que quando há um déficit alto, os investidores temem que o país não consiga quitar a sua dívida e diminuem seus investimentos. Sem eles, menos dinheiro está em circulação e maiores são as taxas para empréstimos.

Com esse cenário, os países mais endividados se veem na necessidade de pedir empréstimos a outros países e instituições internacionais, principalmente o FMI. Porém, essa ajuda não pode ser considerada totalmente eficaz.

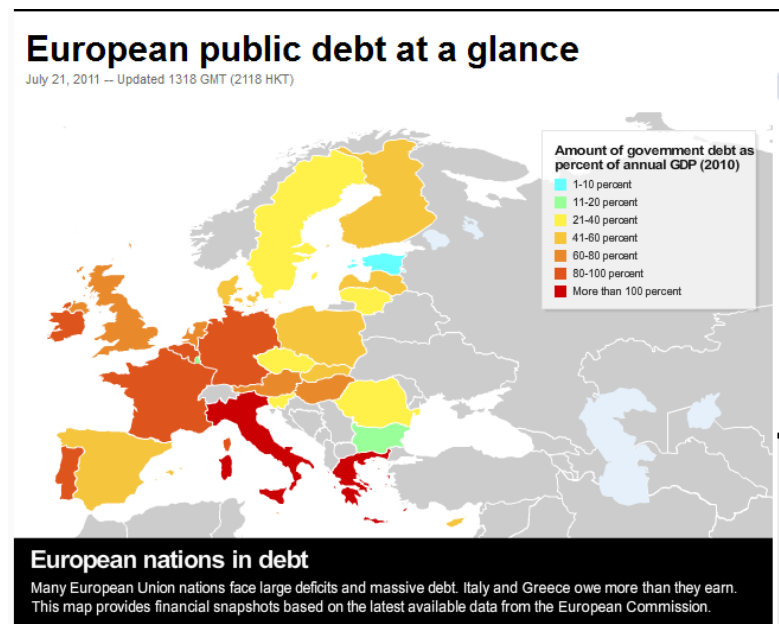


Figura 9 - Déficit mostrado sobre porcentagem do PIB

Foi criado um conselho entre responsáveis da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional para negociarem as condições de resgate financeiro na Grécia, no Chipre, na Irlanda e em Portugal. O Conselho, nominado de *Troika*, estabeleceu parâmetros não só dos

empréstimos, como também políticas para que os países consigam pagar suas dívidas e os próprios empréstimos.

O montante emprestado possui uma baixa taxa de juros, mas “ao contrário dos governos europeus, os credores privados – como bancos europeus – vão perder bastante dinheiro. Pelo acordo, eles vão ter que aceitar uma redução entre 50% e 70% do dinheiro que emprestaram para a Grécia no passado. O problema é que a economia grega está em estado tão frágil que mesmo esta redução nas dívidas não será suficiente para diminuir o tamanho da dívida grega para que ela possa ser paga no longo prazo.” (BBC, 2012).

Os governos europeus estão recorrendo a diversas soluções para sair da situação em que se encontravam, como por exemplo, pedir aos bancos privados que aceitem um prejuízo maior ainda, ou sugerir que bancos centrais (inclusive o Banco Central Europeu) perdoem parte da dívida grega que possuem em títulos. Outra opção é reduzir a taxa de juros cobrada no pacote de resgate ou reinvestir o lucro dos empréstimos para aumentar os recursos à disposição.

Das exigências feitas pela *Troika* à Grécia, uma delas se direciona a um corte de gastos mais profundo, em torno de 1,5% do seu PIB e as que mais se voltam à população são as que pedem para que o governo diminua o salário mínimo, reduza o número de funcionários públicos e flexibilize as leis trabalhistas⁷.

As medidas de austeridade são as que estão causando maior tensão entre a população dos países afetados. Os protestos mostram uma população insatisfeita e descrente em seu governo. Corte de gastos radicais, não é, aos olhos do povo, a melhor solução. E os governos agora precisam decidir qual é a melhor forma de reverter o cenário.

⁷ Essas alterações vão fazer com que o governo pare de gastar os recursos em funcionários públicos, e a flexibilização das leis trabalhistas irá auxiliar o setor privado na contratação e criação de cargos.

5. É tudo sobre pessoas

5.1. Desemprego

No cenário atual, a consequência da crise que mais gera problema é de fato o desemprego. Com a falta de investimento, o alto corte de gastos e a ausência de soluções aparentes, a taxa de empregados diminui cada vez mais. Lembrando-se também que a pirâmide etária destes países contém um alto índice de idosos, podemos concluir que se o desemprego aumentar ainda mais, a dívida terá grandes dificuldades para ser quitada.

A População Economicamente Ativa (PEA) - que já é uma pequena porcentagem da população total, nos países europeus - diminui a cada dia mais. No primeiro trimestre de 2013, foi registrada uma taxa na diminuição de 10,8% da PEA o que corresponde a praticamente 26 milhões de pessoas.

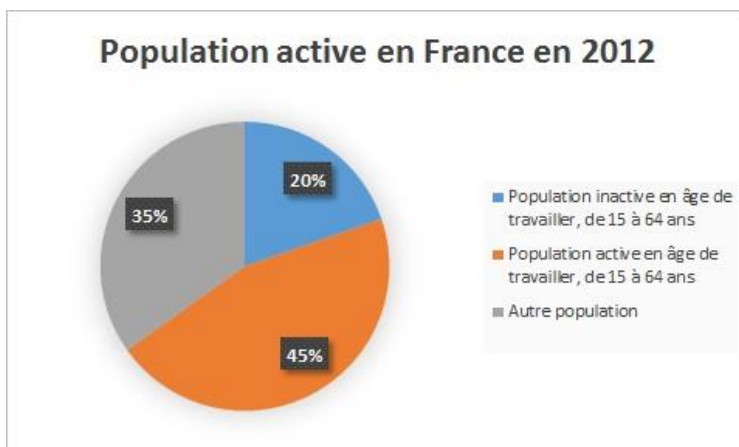


Figura 50 - PEA na França em 2012

Já a taxa de emprego total na UE baixou 0,4%.

Além dos trabalhadores em si, jovens que começam agora a ingressar no mercado de trabalho tem receios de nunca conseguirem seus tão esperados empregos. A baixa empregabilidade juvenil também é o principal motivo da baixa confiança nas instituições, nas campanhas contra austeridade e na espera de medidas de grades efeitos imediatos.

O Conselho Europeu divulgou um comunicado à imprensa a respeito da situação em que a União Europeia com relação ao desemprego. Tal nota se encontra em anexo neste guia.

5.1.1. Desemprego juvenil

“Na maioria dos países europeus, as taxas de desemprego juvenil são aproximadamente o dobro das taxas dos trabalhadores maiores, com incrementos mais pronunciados na Estônia, Lituânia e Letônia, assim como na Espanha, Irlanda e Grécia.” (OIT, 2012)

Os índices de desemprego juvenil, de acordo com a última pesquisa, foram os piores de anos. Quase 24% dos jovens estavam desempregados até o início de 2013. O mais preocupante é que 7% deles estão a mais de um ano desempregados, sendo que em 2012, no mesmo trimestre, eram 6,5%. Outro índice alarmante foi que 08 milhões de jovens menores de 25 anos, além de desempregados, não estão estudando ou se profissionalizando.

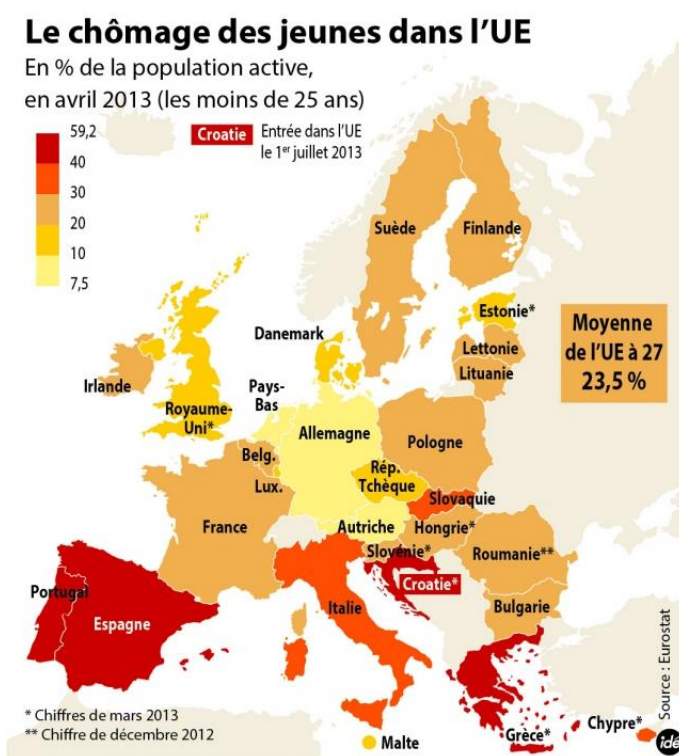


Figura 10 - O desemprego juvenil na UE

Na tentativa de abaixar ao máximo esses valores, a Comissão Europeia criou, em Dezembro de 2012, um pacote de ações recomendando a todos os países membros que criassem uma Garantia para a Juventude, que estabelece que para os jovens menos de 25 anos recebam uma oferta de emprego, possam continuar seus estudos, e que eles recebam educação profissionalizante no prazo de até quatro meses depois que esteja formado ou fique desempregado.

Mesmo que estas medidas de proteção ao jovem sejam aceitas, não se pode deixar de lembrar o custo destas garantias. Além disso, o curso profissionalizante em si não oferece a oportunidade de trabalho logo de cara. Isso significa que mesmo que os primeiros passos já tenham sido dados, deve-se agora voltar-se para as medidas práticas que tirarão os jovens dessa situação.

5.2. Desigualdade entre os gêneros

Segundo dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT), a desigualdade no mercado de trabalho cresceu de maneira considerável em toda Europa. Em Fevereiro de 2012, a Organização lançou um livro chamado *Desigualdades no trabalho durante a crise. Testemunhos da Europa*, que “analisa em que medidas as condições de trabalho, os salários e a renda, o emprego e a igualdade de gênero, entre outros temas relacionados com o local de trabalho, deterioraram-se no continente desde o começo da crise” (OIT, 2012).

Dos principais tópicos abordados podem-se citar dois:

- Apesar de os homens inicialmente terem sido mais afetados pela crise do que as mulheres (6% nos Estados bálticos, Irlanda e Espanha), as práticas discriminatórias contra as mulheres agravaram-se ao longo dos últimos anos.
- As mulheres empregadas nos setores onde predomina a mão de obra masculina foram as primeiras a serem despedidas ou em ter maiores cortes salariais.

Consequências como estas conseguem comprovar que a mulher ainda é extremamente discriminada e continuamente é tirada de profissões por serem mulheres. A Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Gêneros da UE redigiu um documento⁸ em 2012 esclarecendo a situação feminina em meio à crise.

⁸ Documento completo disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/femm/pr/921/921039/921039pt.pdf>

Inúmeras questões rondam a exposição dos motivos de tal documento, mas em suma o que o documento coloca em xeque é a negligência dos governos europeus quanto aos efeitos sociais que a crise trouxe. Além disso, mostram como as medidas de austeridade têm prejudicado em dobro as mulheres. Sendo a maior parte das desempregadas no setor público e com as licenças-maternidade sendo reduzidas, cada vez mais a mulher tem que se tornar dependente de outros membros familiares.

É imprescindível que as soluções propostas durante o debate sobre a reversão da crise ponham o tópico social em vista, principalmente quanto à questão da discriminação de gênero.

5.3. Falta de confiança nas instituições

László Andor, Comissário Europeu para o Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, declarou: *“A crise social na Europa continua a agravar-se e em vários Estados-Membros não se anteveem melhorias palpáveis. Os mais pobres são muitas vezes os mais afetados. Os governos devem investir no sentido de encontrarem a via para o crescimento inclusivo e de oferecer às pessoas uma verdadeira oportunidade de terem um nível de vida condigno — o recente pacote de Investimento Social apontou formas de fazê-lo. Mas, acima de tudo, precisamos de mais solidariedade: dentro de cada país e também entre os países. Só poderemos superar a crise atual se formos solidários”*.

A crise econômica europeia foi o pontapé inicial para discussões sobre reformas políticas no continente. O nível de crença do povo em seus governantes caiu drasticamente, resultando em protestos, queda de líderes e surpresas nas urnas eleitorais. A França mesmo que há muito não tinha um representante da esquerda em seu governo, deu confiança a François Hollande e espera que esta mudança seja para melhor.

Usando como exemplo a própria Grécia, que desde 1981 tem a mesma base política no poder, encontramos um quadro de racha ideológico extremamente imponente na região agora. À esquerda temos a SYRIZA, que acredita que as medidas de austeridade sejam infundadas e que afirmam que a real culpa da situação grega está fora da Grécia. À direita temos dois partidos, um fundado por militantes da Nova Democracia (Gregos Independentes) que são contra as atitudes moderadas tomadas pelo governo de 2011 e que acreditam numa política antiocidental. Conseguiram 10% das urnas de 2012. Já o segundo partido chamado Aurora Dourada, possuía doutrinas pro-Nazi, e conquistaram 6% das urnas.

Ao todo, dez governos foram derrubados desde 2009. Na Espanha, o governo de Zapatero caiu, dando lugar a um mais conservador. Em Portugal subiu ao poder Pedro Passos Coelho, no lugar do governo socialista de José Sócrates. Estes são apenas alguns dos exemplos de reflexos dessa crise no cenário político.

Mas o descontentamento social não se restringiu a reclamações locais. Manifestações foram feitas com intenção de atingir não só a União Europeia como instituição mandatória, mas também o FMI e o Banco Central Europeu que juntos estavam, aos olhos do povo, exigindo medidas que não eram cabíveis. Esses altos representantes do poder perderam o apoio popular. Ângela Merkel, que hoje é peça chave para resolver a questão, recebeu muitas críticas pela sua dura política com os países que mais se encontram endividados.

O que se conclui destas tensões populares é que os governos europeus precisam rapidamente entrar numa política de maior transparência e maior investimento nas pessoas. E que se as medidas de austeridades não estão surtindo efeito, o melhor que se pode fazer é encontrar um “plano B”, antes que a crise política se faça maior do que a econômica.

6. Perguntas a serem respondidas

Durante os debates, é essencial que os ministros se atentem a determinados pontos, a fim de dar uma maior dinamicidade e objetividade ao que está sendo discutido. Dessa forma, foram escolhidas algumas perguntas e que devem ser respondidas para que os debates sejam mais proveitosos:

- 1) Como a OCDE pode ajudar os países-membros a combaterem os altos níveis de desemprego e, assim, restaurar o bem-estar social e econômico?
- 2) De que maneira os países podem incentivar medidas que ajudem os jovens a conseguirem o primeiro emprego e a manterem-se estáveis no mesmo?
- 3) Levando em conta medidas bem sucedidas já implantadas, como os países parceiros da OCDE podem auxiliar na criação de políticas que visem à redução do desemprego? De que maneira se daria este intercâmbio?
- 4) De que forma os governos devem atuar na promoção de medidas que reduzam a desigualdade empregatícia entre homens e mulheres?
- 5) Como aumentar a confiança dos cidadãos nos próprios governos e em instituições privadas?
- 6) Como as medidas tomadas podem ser mais bem aplicadas nos países (citados abaixo) onde a crise é mais grave?
 - a. Grécia
 - b. Irlanda
 - c. Portugal
 - d. Espanha
 - e. Itália

7. Países chaves na crise

7.1. Grécia

A Grécia é o país mais afetado com a crise na zona do Euro, e vinha gastando bem mais do que podia nas últimas duas décadas. Pesados empréstimos, sobretudo com a realização dos Jogos Olímpicos de 2004⁹ em Atenas, somados ao aumento dos salários do funcionalismo público e à evasão fiscal¹⁰, acarretaram no esvaziamento dos cofres gregos, resultando em um país sem reservas e completamente vulnerável a qualquer instabilidade que pudesse ocorrer.

O anúncio do rombo nas contas públicas pelo então primeiro-ministro George Papandreou em 2009 levou a uma série de acontecimentos, tais como rebaixamento das notas das dívidas do país por instituições especializadas, o que gerou um grande temor por parte da comunidade internacional. A falência da Grécia colocaria em xeque toda a União Europeia, vista até então como o mais sólido modelo de união econômica existente.

Medidas de austeridade severas foram impostas, como o aumento de impostos, congelamento de salários, aumento da idade mínima para aposentadorias e demissões em massa, que, em conjunto com os muitos pacotes de resgate tentavam reerguer a economia grega. Não foi o que ocorreu. A dívida pública do país atingiu 156,9% do PIB, gerando desconfiança e temor no mercado internacional. Os índices de desemprego cresceram exorbitantemente e, em 2012, o índice atingia 24,5% da população. Entre os jovens de 18 a 25 anos, o desemprego era ainda maior atingindo a marca de 55,3%.

⁹ Em novembro de 2004, o governo grego anunciou o custo do evento como sendo de 8,9 bilhões de euros, tornando-se a Olimpíada mais cara da modernidade até então. No mesmo ano, a economia do país fechou com um déficit de 7,5% do PIB, o maior da União Europeia. Além disso, a dívida pública grega correspondia a 98,6% do PIB.

¹⁰ Ato ilegal de evitar o pagamento de impostos.

7.2. Irlanda

Depois de anos de crescimento acentuado, que lhe deram o estatuto de “tigre celta” da Europa, a Irlanda mergulhou numa profunda crise. Uma combinação de choques a partir de 2007-2008 colocou a atividade econômica em queda acentuada. E a elevada exposição dos bancos ao crédito imobiliário levou o governo irlandês a assegurar, depois da queda do banco estadunidense Lehman Brothers, a totalidade da dívida dos bancos através de transferências de capital. Durante os 18 meses que se seguiram, a economia irlandesa entrou em “queda livre” à medida em que os problemas de dívida explodiam e o desemprego disparava. Uma economia que tinha sido, de uma forma esmagadora, sustentada por um “crédito barato” estava particularmente vulnerável à “crise do crédito” mundial e o setor de construção irlandês ruiu simplesmente face ao colapso do crédito e dos clientes.

O resultado foi um impacto brutal nas contas públicas que se revelariam insustentáveis quando a pressão dos mercados de dívida se intensificou sobre os países com desequilíbrios orçamentários. Do resgate de 85 mil milhões de euros — dos quais 67.500 milhões foram emprestados pela União Europeia (UE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) —, 50 mil milhões serviram para financiamento do Estado e 35 mil milhões foram direcionados para o setor bancário. Mais de 100 mil trabalhadores da construção (5% do total da mão-de-obra irlandesa) perderam imediatamente os seus empregos, e o impacto das consequências refletiu-se em toda a economia. Rapidamente, a Irlanda atingiu uma das taxas de desemprego mais altas da UE e a classe capitalista simplesmente se recusava a investir no país.

Para resgatar as instituições financeiras, o Estado irlandês se endividou enormemente. O déficit orçamentário em 2010 chegou a atingir 32% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Entretanto, hoje, torna-se o primeiro país da zona do Euro a concluir formalmente o programa de assistência financeira negociado com a UE e o FMI.

O país, que há três anos quase declarou insolvência, apresenta um diagnóstico que diverge entre aqueles que encontram um país mais forte do que há três anos, e os que dizem ser cedo para tomar conclusões e lançam um alerta sobre os efeitos de longo prazo da aplicação das medidas de austeridade. A retomada é frágil e as marcas da crise não desaparecem de um dia para o outro. *“Qualquer choque económico deixa muitas pessoas permanentemente desempregadas. E este é, provavelmente, o pior impacto da austeridade no longo prazo”* na Irlanda, diz ao público Dan O'Brien, economista-chefe do Instituto de Assuntos Europeus e Internacionais, sediado em Dublin.

No final de 2013 a Irlanda quer regressar ao mercado financeiro e, assim, vender novamente títulos da dívida sem a proteção dos programas de ajuda europeus. Para isso, é necessário renovar os esforços para ajudar as pessoas a encontrarem empregos. O maior crescimento é obviamente um pré-requisito para os níveis de emprego subirem. Em curto prazo, a aceleração do investimento público e privado em projetos parcialmente financiados pelo BEI pode ajudar. O país também precisa de serviços de emprego revitalizados, que incidem sobre os incentivos certos e as habilidades certas para os lugares certos.

7.3. Portugal

Para o primeiro ministro da nação portuguesa, Pedro Passos Coelho, o desafio é fazer com que a taxa de desemprego geral que é superior a 12% abaixe a qualquer custo. Isso significa que o governo deve seguir as decisões do Conselho Europeu quanto às medidas de austeridade e quanto às reformas fiscais.

Para Portugal, a ajuda financeira acordada foi de 78 bilhões de euros, contanto que o governo aumentasse os impostos, congelasse as aposentadorias e cortasse os benefícios dos funcionários públicos. Mas a

nação se difere das outras quanto à sua origem da crise. Portugal teve um processo gradual de perda de mercado, porém com um contínuo aumento de salário e redução das taxas de exportação para Ásia e Europa. Sem captação de recurso suficiente, a dívida pública foi ficando cada vez maior e a competitividade do país cada vez menor.

7.4. Espanha

O país possui a pior taxa de desemprego dos países industrializados, 22% da PEA espanhola, e este número é maior que já se viu em 40 anos. A crise no campo social se vê mais intensa que nunca, a população que antes ascendia está se vendo mais perto da linha da pobreza. Em 2011, mais de 21% da população podia ser considerada pobre no país, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), enquanto em 1991 esse índice era de aproximadamente 14%.

Foram tomadas algumas atitudes para tentar resolver a situação. O governo começou a congelar pensões, aumentou a idade da aposentadoria (de 65 para 67), cortou 5% do salário dos funcionários públicos, aumentou os impostos entre outras medidas. Essas decisões só fizeram com que a avaliação do governo esquerdista caísse, já que em 2004, quando entraram, o cenário econômico espanhol era de expansão e prosperidade, que ao seu termino se transformara em uma bolha imobiliária.

A situação da Espanha se deu por causa do seu extraordinário crescimento de 60% do PIB em apenas 15 anos. O setor de construção era o mais forte e promissor nessa época e fez com que os imóveis valorizassem em 170%.

As eleições demonstraram o descontentamento nacional, colocando a oposição no poder. Agora, o governo liderado pelo primeiro-ministro Mariano Rajoy deve se empenhar para colocar a casa no lugar e fazer com que a Espanha consiga sair do sufoco.

7.5. Itália

Terceira maior economia da Zona do Euro, a Itália, tão logo a crise da dívida grega estourou, foi vista como um país vulnerável àquela crise que se arrastaria por toda a Europa. O país ganhou a atenção de todo o mundo no meio da crise da dívida na zona do Euro.

A Itália enfrenta grandes necessidades substanciais de refinanciamento, devido ao alto valor de sua dívida pública¹¹. O país sofreu muito com a crise no bloco europeu e, em 2011, o Banco Central Europeu criou um pacote de resgate à economia italiana¹², comprando títulos de bancos do país. No entanto, o BCE enviou uma série de exigências em carta ao então primeiro-ministro, Silvio Berlusconi, para que este tome medidas de austeridade, incluindo liberalizações e privatizações. O presidente Giorgio Napolitano, ao se pronunciar sobre tais medidas, disse que “medidas urgentes precisam ser tomadas a fim de restaurar a confiança nas finanças públicas italianas”.

Tão logo estas medidas de austeridade foram implantadas, a população foi às ruas para protestar. Com a Itália cada vez mais se afundando na crise, Silvio Berlusconi, em novembro de 2011, renunciou ao cargo de primeiro-ministro. A chegada de Mario Monti, um economista, como sucessor de Berlusconi, trouxe um certo alívio aos mercados. Monti comandou o país até o início de 2013, quando também renunciou. Em 28 de abril de 2013, Enrico Letta assume como primeiro-ministro italiano.

No que diz respeito ao desemprego no país, a Itália vem sofrendo um grave aumento em seu índice, que em 2007 atingiu seu menor nível: 6,2%. Em 2012, a taxa já havia subido para 10,8%, refletindo a situação instável em que o país vive. Entre os jovens, a situação é pior: 35,3% das pessoas entre 18 e 25 anos estavam desempregadas.

¹¹ A dívida pública italiana sempre esteve em níveis altíssimos, atingindo 119,1% do PIB em 2009.

¹² A Itália foi o quarto país a ser ajudado com planos de resgate do BCE. Os primeiros foram Grécia, Portugal e Irlanda.

7.6. Reino Unido

O Reino Unido, apesar de ser membro da União Europeia, optou por não adotar o Euro e manter a Libra esterlina como moeda corrente no país. Dessa forma, o país possui uma maior liberdade para intervir em sua economia, sem precisar depender do Banco Central Europeu para fazer alterações cambiais¹³.

Apesar disso, o Reino Unido não deixou de sofrer com a crise desencadeada pela Grécia. Com grande vocação para exportações, o país tem a terceira maior economia da União Europeia e é grande parceiro comercial da Irlanda, um dos países mais afetados com a crise. Dessa forma, ao passo em que a economia irlandesa ia mergulhando em dívidas, o Reino Unido sentia os efeitos negativos dessa queda. Em 2010, George Osborne, chanceler britânico, disse que o Reino Unido ajudaria a Irlanda com, no mínimo, 07 bilhões de libras em ajuda financeira.

Em 2011, o Reino Unido, através de seu primeiro-ministro David Cameron, foi o único país contrário a um acordo fiscal na União Europeia proposto pela França e Alemanha. Tal acordo tinha como objetivo reforçar a política orçamentária nos países, diminuindo a dívida e o déficit nas economias. Pela primeira vez desde 1973, quando o Reino Unido se juntou à Comunidade Europeia, um acordo que aborda a forma com que a União Europeia funciona seria feito sem a assinatura britânica.

Já no ano seguinte, o país anunciou um empréstimo de US\$ 15 bilhões ao Fundo Monetário Internacional para ajudar a organização a lidar com a nova turbulência financeira mundial. Ao anunciar o empréstimo, o chanceler Osborne disse que o Reino Unido sempre foi um apoiador do FMI e que faz parte de um “esforço global” para providenciar um aumento nos recursos.

Mesmo mantendo uma certa estabilidade econômica, o Reino Unido tem visto sua dívida externa em relação ao PIB aumentar, chegando ao nível de 99,8% no ano de 2012. O desemprego sofreu um leve aumento nos últimos

¹³ Alterações relativas à moeda.

anos, chegando ao nível de 8,1% da população. Também a taxa de desemprego juvenil sofreu um grande aumento, atingindo 21% da população de 18 a 25 anos em 2012.

7.7. França

A França, nação com uma depressão que antecede à crise geral, ainda apresenta sua quebra pendente. A crise comercial ainda não entrou na fase já ocorrida nos Estados Unidos, Inglaterra e Norte da Europa. Enquanto a indústria francesa está estagnada, grande número de trabalhadores estão desempregados, e os recursos de todos restringidos, os preços que declinaram em toda parte a uma média de 30% a 40%, são ainda mantidos na França numa faixa especulativa do período que antecede à crise geral.

Tal milagre econômico tem operado sob pressão do governo, onde o Banco da França foi, por duas vezes, obrigado a renovar as contas e os empréstimos que estavam vencidos, e que desta forma, mais ou menos diretamente, os recursos do povo francês, acumulado nas caixas-fortes do Banco, têm sido empregados para manter os preços inflados contra o próprio povo. O governo parece imaginar que através deste processo excessivamente simples de distribuição de notas bancárias onde quer que elas sejam procuradas, a catástrofe pode ser definitivamente afastada. Entretanto, o resultado real desta maquinação tem sido, de um lado, o agravamento da pobreza da parte dos consumidores, cujos recursos reduzidos não corresponderam à diminuição dos preços; e de outro lado, uma enorme acumulação de mercadorias nos entrepostos alfandegários que, quando finalmente, como devem ser, força o mercado, entrarão em colapso por seu próprio peso.

Com a situação francesa no olho da crise, o papel da nação alemã se tornou muito importante. No início, o então presidente francês, Nicolas Sarkozy, abraçou praticamente todas as ideias de Merkel relativas ao euro. Juntos, os dois, apelidados de "Merkozy", se livraram do primeiro-ministro grego

Papandreou e, mais tarde, do primeiro-ministro italiano Berlusconi, quando eles não quiseram se curvar à gestão de crise franco-alemã. O novo presidente francês, o socialista François Hollande, não conseguiu se impor sobre Merkel e havia apenas algumas concessões para a flexibilização das medidas de austeridades vindas de Berlim. *"Entretanto, Angela Merkel se adaptou a um presidente que automaticamente não se orientava às posições alemãs"*, disse Thierry Repentin, vice-ministro francês para Assuntos Europeus ao jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*.

7.8. Alemanha

Na década de 1990, a Alemanha passou por uma série de desafios estruturais. A unificação com a Alemanha Oriental, o estabelecimento da União Monetária Europeia (UME) e a introdução do Euro levaram ao colapso da economia alemã. Isso ocorreu devido a uma taxa de câmbio supervalorizada, a um rápido aumento dos salários acima da produtividade, à ruptura dos fluxos tradicionais de comércio e à nova submissão das taxas de juros pelo Banco Central Europeu (BCE). A resultante disso foi um crescimento pequeno, percentuais de juros altos e aumento de déficits orçamentários, fazendo a dívida pública crescer cerca de 40% do PIB em 1992 para 60% em 1997.

Políticas de austeridades foram adotadas durante a recessão para que o governo cumprisse os chamados critérios de Maastrich do Pacto de Estabilidade e Crescimento Europeu, que preveem déficits públicos inferiores a 3% do PIB e dívida pública menor do que 60% do PIB. A introdução de novas reformas foi feita, e entre 2007 e 2008 o crescimento recuperava-se, o desemprego declinava, a inflação estava abaixo de 2% e orçamento aproximava-se do equilíbrio.

Com a grande recessão global que se seguiu em 2009, a Alemanha foi apenas afetada marginalmente. Entretanto, a realidade mostrou-se diferente

tendo em vista que os bancos da Alemanha também foram muito afetados e assim, as exportações da nação entraram em colapso.

Através de políticas anticrise para salvar os bancos e estimular a demanda, a Alemanha foi a única das maiores economias a ver o desemprego cair em vez de crescer durante a crise. Para isso, combinou-se métodos distintos, como a redução da jornada de trabalho e a compensação salarial nos setores afetados pela crise. Além de um subsídio de vários bilhões de dólares na troca de carros velhos por novos e de um programa empresarial de gestão da jornada de trabalho. Todas essas medidas envolveram governo, sindicatos, comissões de fábrica e empregadores.

A dívida pública era significativamente mais alta do que antes da crise (por volta de 83% do PIB em 2010 em comparação com 64% em 2007), entretanto, a Alemanha se mantinha muito abaixo dos níveis de outros países da zona do Euro, ou dos EUA. A dívida era controlada graças a receitas tributárias crescentes. Os problemas decorriam menos de questões internas à economia alemã do que de questões externas.

De 2010 em diante, a crise alargou-se e aprofundou-se. E a Alemanha é a principal culpada dessa consequência desastrosa porque se recusou a dar autorização ao BCE para intervir mais no mercado de títulos da dívida pública e a assumir corresponsabilidade por toda a dívida governamental da zona do Euro. E como o desempenho da economia alemã depende sobremaneira do resultado da crise do euro, se a Europa conseguir superar a crise, é possível que a economia da Alemanha continue com seu modelo de crescimento baseado em exportações. Mas esse cenário implica em uma disposição em financiar os déficits dos países de modo sustentável, transformando a UE em uma união fiscal e de transferência de recursos.

Até agora, a chanceler federal Angela Merkel concordou em ajudar financeiramente os países atingidos pela crise. “*Se o euro fracassar, fracassa a Europa. E isso não pode acontecer*”, pregou a chefe de governo em outubro de 2011. Desde então, a frase virou lema de sua política para a Europa.

A própria chanceler alemã ajudou a construir o fundo de resgate, negociou o corte da dívida e declarou-se de acordo com a compra pelo Banco Central Europeu (BCE) das obrigações de alguns países europeus. A mesma tenta não triunfar em público por causa de sua posição de liderança. A Alemanha se mostrou modesta, por exemplo, no auge do socorro à Grécia numa declaração dos governos. *"Economicamente, nós somos a nação mais forte, mas, como também digo, não somos todavia o centro do mundo. O mundo observa a Europa e a Alemanha e vê se estamos prontos e aptos para assumir a responsabilidade na hora da pior crise da Europa desde a Segunda Guerra Mundial. O governo alemão está ciente de que não pode pedir muito, em termos financeiros, aos outros países da zona do euro e, por isso, aposta agora nas reformas."*

8. Anexos

Comunicado à Imprensa do Conselho Europeu [Adaptado]

Bruxelas, 26 de março de 2013

Despesa com proteção social baixa mais rapidamente do que em crises económicas anteriores

A contenção dos orçamentos públicos afetou negativamente o emprego, tanto diretamente, através da redução do emprego no setor público, como indiretamente, através da redução da procura macroeconómica agregada. As alterações aos sistemas fiscais e das prestações sociais e os cortes nos salários do setor público levaram a importantes reduções do rendimento real das famílias, exercendo uma forte pressão sobre o nível de vida das famílias com baixos rendimentos.

Os cortes na despesa e os agravamentos fiscais tiveram um impacto diferenciado nos grupos com altos e baixos rendimentos. A análise mostra que é crucial uma concessão cuidadosa das reformas orçamentais para evitar que os mais pobres sejam afetados de forma desproporcionada, como foi o caso em alguns países (p. ex., Estónia e Lituânia). A parte da população da UE que dá conta de dificuldades financeiras continua muito acima dos níveis observados em qualquer altura da década anterior, afetando praticamente um quarto das famílias com baixos rendimentos.

A despesa com a proteção social desempenhou um papel de relevo ao compensar as perdas de rendimento das famílias na fase inicial da crise e ajudou a estabilizar a economia. Desde meados de 2010 o impacto diminuiu e em 2012 foi negligenciável, mesmo nos países onde o desemprego continuou a aumentar. Esta redução das despesas sociais foi muito mais acentuada do que em anteriores recessões, o que reflete em parte a necessidade excecional de consolidação orçamental no contexto da crise do euro.

Esta crise neutralizou a função de estabilização económica dos sistemas de proteção social em muitos Estados-Membros e pode ter contribuído para agravar a recessão, pelo menos no curto prazo. O Conselho Europeu de março de 2013 confirmou que a luta contra o desemprego e as consequências sociais da crise continua a ser uma prioridade fundamental das políticas nacionais e da UE.

Em fevereiro de 2013, a Comissão apresentou um *Pacote de Investimento Social* que oferece orientações aos Estados-Membros sobre políticas sociais mais eficientes e eficazes para enfrentar os enormes desafios com que se confrontam. O pacote sublinhava que o investimento público no acolhimento de crianças, na educação ou no apoio ao envelhecimento ativo e saudável deve ser mantido ou intensificado mesmo quando os orçamentos nacionais são de contenção, dado que sem esses investimentos

muitas pessoas não poderão participar na sociedade ou desenvolver o seu potencial econômico.

9. Referências

MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial História e Estratégias**. Editora: Contexto, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**. Lisboa: Trinova, 2000.

FRAUDE. EXPLICANDO A GRANDE RECESSÃO. Produção de Juan José Mercado, Daniel García e Bárbara Sokol. Brasil e Espanha: Instituto Mises Brasil e Amagifilms, 2012. DVD (50 min.). VHS, Ntsc, son., color. Legendado. Port.

DIOCESE DE COIMBRA. **Desemprego e Confiança**. Portal Ecclesia. Disponível em: <http://portal.ecclesia.pt/cnjp/images/2012/desemprego_e_confianca.pdf>. Acesso em 15 fev. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da ONU sobre situação econômica**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/relatorio-da-onu-sobre-situacao-economica-europa-emerge-da-recessao-mas-recuperacao-sera-lenta/>> Acesso em: 09 mar. 2014.

LEBLON, Saul. **O Lehman Brothers e a amnésia neoliberal**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-Lehman-Brothers-e-a-amnesia-neoliberal/7/17667>>. Acesso em: 09 mar. 2014

RODRIGUES, Luciana. **Entenda: a Grande Recessão**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/crise-eua/>>. Acesso em: 09 mar. 2014

ROTHBARD, Murray. **O sistema bancário de reservas fracionárias**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=311>>. Acesso em: 09 mar. 2014

IMB, Equipe. **Fraude - por que houve esta grande recessão**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1427>>. Acesso em 09 mar. 2014.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do Direito da União Europeia**. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/editorial/abc.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **People First! - Secretary-General's Opening Remarks to OECD Forum 2013**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/secretary->

[general/people-first-opening-remarks-forum-2013.htm](http://www.oecd.org/general/people-first-opening-remarks-forum-2013.htm)>. Acesso em 09 mar. 2014

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Convention on the Organisation for Economic Co-operation and Development.** Disponível em: <http://www.oecd.org/general/conventionontheorganisationforeconomicco-operationanddevelopment.htm>>. Acesso em 09 mar. 2014

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Organisation for European Economic Co-operation.** Disponível em: <http://www.oecd.org/general/organisationforeuropeaneconomicco-operation.htm>>. Acesso em 09 mar. 2014

CGU. **Sobre a OCDE, Informações Gerais.** Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/informacoes/index.asp>>. Acesso em 09 mar. 2014

GOMES, Luís Flávio. **A OCDE, desemprego e a educação.** Disponível em: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1971932/a-ocde-desemprego-e-a-educacao>>. Acesso em 09 mar. 2014

CANZIAN, Fernando. **A Grande Recessão.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/fernandocanzian/ult1470u531341.shtml>>. Acesso em 09 mar. 2014

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho.** Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/3682/Rev72-3.pdf?sequence=1>>. Acesso em 09 mar. 2014

BRASIL ESCOLA. **Doutrina Truman.** Disponível em: <http://www.brasilescola.com/geografia/doutrina-truman.htm>>. Acesso em 22 jan. 2014

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **About the OECD.** Disponível em <http://www.oecd.org/about>>. Acesso em 17 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Convention on the Organisation for Economic Co-operation and Development.** Disponível em <http://www.oecd.org/general/conventionontheorganisationforeconomicco-operationanddevelopment.htm>>. Acesso em 19 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Key partners.** Disponível em <http://www.oecd.org/globalrelations/keypartners/>>. Acesso em 19 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Members and partners.** Disponível em <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/>>. Acesso em 19 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Members and partners**. Disponível em <<http://www.oecd.org/about/membersandpartners/enlargement.htm>>. Acesso em 19 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Who does what**. Disponível em <<http://www.oecd.org/about/whodoeswhat/>>. Acesso em 19 mar. 2014.

UOL ECONOMIA. **Entenda a crise da dívida nos EUA**. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/07/25/entenda-a-crise-da-divida-nos-estados-unidos.jhtm>>. Acesso em 08 mar. 2014.

RAYN, PAUL. **House of Representatives Committee on the Budget**. Disponível em <<http://budget.house.gov/budgetcontrolact2011/>>. Acesso em 14 mar. 2014.

US GOVERNMENT. **The Budget Control Act of 2011**. Disponível em <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/BILLS-112s365enr/pdf/BILLS-112s365enr.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2014.

BBC BRASIL. **Entenda como a crise na Europa está afetando o euro**. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110706_greciaeuro_datavis_dg.shtml>. Acesso em 17 mar. 2014.

BBC BRASIL. **Entenda a crise da dívida da Grécia**. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120224_grecia_entendas_r_p.shtml>. Acesso em 19 mar. 2014.

COMISSÃO EUROPEIA. **Press Release**. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-282_pt.htm>. Acesso em 20 mar. 2014.

COMISSÃO EUROPEIA. **Youth Employment**. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1036>>. Acesso em 20 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Estatísticas OCDE**. Disponível em <<http://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=36324>>. Acesso em 20 mar. 2014.

GRIGORIADIS, Ioannis N. **A Grécia e a crise do Euro: da beira do colapso à inevitável reforma**. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/9589-1442-5-30.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2014.

CALDEIRA, Ilton. **Saiba mais sobre a crise na Europa e entenda quem são os “Piigs”**. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/criseeconomica/saiba-mais-sobre-a-crise-na-europa-e-entenda-quem-sao-os-piigs/n1597382096580.html>>. Acesso em 24 mar. 2014.

DEUTSCH WELLE. **Crise do euro fortaleceu Merkel**. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/crise-do-euro-fortaleceu-merkel-4011.html>>. Acesso em 24 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **OECD Economic Outlook**. Disponível em <<http://www.oecd.org/statistics/datalab/employment-outlook.htm>>. Acesso em 09 mar. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **General government gross debt**. Disponível em <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=1&pcode=tsdde410&language=en>>. Acesso em 09 mar. 2013.

MARX, Artigos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.158-162, 2o sem. 2009.

RIEGERT, Bernd. **Crise do euro fortaleceu Merkel**. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/crise-do-euro-fortaleceu-merkel-4011.html>>. Acesso em 20 mar. 2014.

DAUDERSTÄDT, Michael. **A Alemanha e a Crise**. Disponível em <http://www.nuso.org/upload/articulos/3967_1.pdf>. Acesso em 20 mar. 2014.

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon. **Crise Financeira Internacional e Estatização Bancária na Alemanha**. Disponível em <http://direitogv.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/10_1.pdf> Acesso em 21 mar. 2014.

PÚBLICO P. **Irlanda quer voltar a ser o “tigre celta”, mas a retoma é frágil**. Disponível em <<http://www.publico.pt/economia/noticia/irlanda-quer-voltar-a-ser-o-tigre-celta-mas-a-retoma-e-fragil-1616279?page=2#/0>>. Acesso em 20 mar. 2014.

THE GUARDIAN. **Eurozone crisis: are three years of pain over?** Disponível em <<http://www.theguardian.com/business/interactive/2012/oct/17/eurozone-crisis-interactive-timeline-three-years>>. Acesso em 09 mar. 2014.

THE GUARDIAN. **European Central Bank mounts rescue for Italy and Spain – but sets its price**. Disponível em <<http://www.theguardian.com/business/2011/aug/08/debt-crisis-europeanbanks>>. Acesso em 23 mar. 2014.

THE GUARDIAN. **George Osborne - UK will help Ireland through debt crisis**. Disponível em <<http://www.theguardian.com/business/2010/nov/17/george-osborne-help-ireland-debt-crisis>>. Acesso em 23 mar. 2014.

THE GUARDIAN. **David Cameron blocks EU treaty with veto, casting Britain adrift in Europe**. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2011/dec/09/david-cameron-blocks-eu-treaty>>. Acesso em 23 mar. 2014.